
**AO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA
A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXX**

Processo nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

FULANO DE TAL, já qualificado nestes autos, assistido pela **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXX**, apresentada pela defensora pública signatária, nos termos do art. 403, § 3º, do Código de Processo Penal, vem apresentar

ALEGAÇÕES FINAIS

por memoriais, com base nos fundamentos fáticos e jurídicos adiante expostos.

I.SÍNTESE PROCESSUAL

O Ministério Público do XXXXXXXXXXXX apresentou denúncia em desfavor de **FULANO DE TAL** sob a acusação da prática das infrações previstas nos arts. 129, §13, e 147, ambos do Código Penal c/c. arts. 5º e 7º, da Lei n.º 11.340/2006 (ID xxxxxxxxxxxx). O fato ocorreu em 23 de março de 2022.

A denúncia foi recebida em 06/04/2022 (ID: xxxxxxxxxxxx), o réu foi pessoalmente citado (ID: xxxxxxxx) e apresentou resposta à acusação (ID: xxxxxxxxxxxx).

Saneado o processo e não sendo verificada nenhuma hipótese de absolvição sumária, determinou-se o prosseguimento do feito (ID: xxxxxxxxxxxx).

Na audiência de instrução e julgamento realizada no dia 06/09/2022, por videoconferência (ID: xxxxxxxxxxxxxx), foram colhidos os depoimentos da vítima xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx (IDs: xxxxxxxx, xxxxxxxx, xxxxxxxx, xxxxxxxx e xxxxxxxxxxxxxx) e da testemunha fulano de tal (IDs: xxxxxx e xxxxxxxxxxxxxx).

Em audiência de continuação realizada no dia 07/06/2023, por videoconferência (ID: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), as partes dispensaram a oitiva da testemunha fulana de tal, o que foi homologado. Em seguida, o réu foi interrogado, momento em que exerceu o seu direito ao silêncio (ID: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

Em sede de diligências complementares (art. 402 do CPP), as partes nada requereram.

Em alegações finais, o Ministério Público pugnou pela procedência da pretensão punitiva do Estado (ID xxxxxxxxxxxxxx).

Vieram os autos com vista para esta Defensoria Pública apresentar alegações finais sob a forma de memoriais.

O pedido de condenação não pode prosperar, conforme será demonstrado a seguir.

II. MÉRITO

II. 1. Da absolvição por ausência de provas

Encerrada a instrução processual, foram ouvidas a vítima e a testemunha policial. Posteriormente, o acusado foi interrogado. Nessa ordem, depreende-se que, no presente caso, o acervo probatório produzido não é suficiente para verificação segura da hipótese acusatória, devendo o acusado ser absolvido.

A doutrina ensina que “*corpo de delito* é a prova da

existência do crime (materialidade do delito). [...] O exame de corpo de delito é a verificação da prova da

existência do crime, feita por peritos, diretamente, ou por intermédio de outras evidências, quando os vestígios, ainda que materiais, desapareceram”.¹

Ainda, quanto ao tipo penal oral imputado ao réu – lesão corporal – é certo que se trata de fato que deixa vestígio, de forma que se faz necessária a confecção do laudo de corpo de delito para sua comprovação, conforme destacado por Guilherme Nucci:

Vestígio é o rastro, a pista ou o indício deixado por algo ou alguém. Conferir o conceito de vestígio no art. 158-A, § 3º, do CPP. Há delitos que deixam sinais aparentes da sua prática, como ocorre com o homicídio, uma vez que se pode visualizar o cadáver. Outros delitos não os deixam, tal como ocorre com o crime de ameaça, quando feita oralmente. Preocupa-se particularmente a lei processual penal com os crimes que deixam rastros passíveis de constatação e registro, obrigando-se, no campo das provas, à realização do exame de corpo de delito (art. 158, CPP). Trata-se de uma prova imposta por lei (prova tarifada), de modo que não obedece à regra da ampla liberdade na produção das provas no processo criminal. Assim, não realizado o exame determinado, pode ocorrer nulidade, nos termos do disposto no art. 564, III, b, do Código de Processo Penal.²

No caso, não há nos autos exame de corpo de delito indicando as lesões supostamente sofridas pela ofendida, segundo a qual teria quebrado os dentes na ocasião ora em apreço.

Trata-se, nos termos do art. 158 do CPP, de prova tarifada, que, em tese, não pode ser suprida até pela confissão do acusado. Ademais, não se vislumbra qualquer circunstância que impossibilitasse a realização da perícia (art. 6º, VII, do CPP), logo, não é o caso de se admitir o seu suprimento por prova testemunhal, mas de verdadeira **perda de uma chance probatória pelo estado-acusador.**

Não obstante, analisando-se a prova oral produzida durante a instrução processual, foram ouvidos a ofendida, uma testemunha

policial e o acusado.

¹ NUCCI, Guilherme de S. Manual de Processo Penal. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559643691. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643691/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

²NUCCI, Guilherme de S. Manual de Processo Penal. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559643691. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643691/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

No que concerne à versão da ofendida, a suas declarações em sede de audiência foram as seguintes:

“Que estava indo na distribuidora e, quando o réu lhe viu, já foi lhe puxando. Começou a agredi-la e puxar a roupa. Que foi acudida por terceiros. Que o réu estava bêbado. Que ele a esbofeteou. Que teria quebrado os dois dentes. Que não perdeu a capacidade de mastigação. Que o réu estava bêbado e não aceitava o término. Que depois, chegando em casa, encontrou uma viatura da polícia, lhe questionaram se foi ela que tinha sido agredida. Não falou nada do segundo momento da agressão e de ter ficado nua. *A promotora começou a ler o depoimento, o que retirou toda a espontaneidade do depoimento em seguida.* Que o celular quebrado custava R\$1.400 e gastou uns R\$2.500 de tratamento odontológico. Que nesse dia o acusado falou muita merda, porque estava bêbado. Sobre as ameaças, relatou só xingamento e novamente falou o que estaria no depoimento lido pela promotora. Que foi alguém da academia que acionou a polícia. Que não foi agredida quando ele a encontrou na distribuidora, apenas pegou seu celular. Depois foi na casa da mãe dele e saiu a mãe dele e o irmão dele. Depois desceu pra casa e foi onde os fatos ocorreram. Que quando estava indo pra casa foi agredida. **Que também agrediu o Leonardo com murros e socos. Que mordeu o Leonardo nas costas. Que conhece os vizinhos que estavam no local. Disse que quando chegou no médico legista, no IML, falou somente que a sua boca estava dolorida. Disse que o médico tinha verificado somente alguns arranhões e disse para vítima que não iria demorar para sarar aqueles ferimentos. Disse que sabe que o acusado está trabalhando e que por isso não tem dinheiro para pagar indenização. Disse que não tem interesse em manter as medidas protetivas. ”**

Inicialmente, a própria vítima narrou em juízo que teria também agredido o acusado com socos (murros) e que teria o mordido nas costas. Assim, deixou claro que houve troca de agressões recíprocas. **Portanto, ao contrário da versão narrada na**

denúncia, a vítima reconheceu a ocorrência de agressões recíprocas e admitiu que também agrediu o acusado.

Posteriormente, também em juízo, XXXXXXXX mudou a versão inicial e disse que, quando foi ao IML no dia dos fatos, o médico tinha verificado somente alguns arranhões em sua boca e informando que não iria demorar para sarar aqueles ferimentos, não chegando a mencionar a quebra de dentes na boca da vítima.

Posteriormente, sua narrativa apresentou nova inconsistência a respeito das ameaças, uma vez que somente relatou que o acusado teria lhe xingado e não de fato lhe ameaçado.

A testemunha policial xxxxxx fez as seguintes declarações em juízo:

“Disse que encontrou a vítima na rua e que esta estava carregando roupas rasgadas em seus braços e que aparentava estar vestida com roupas de terceiros. Disse que em seguida encontrou o acusado sentado na calçada e que colocou o acusado dentro da viatura. **Disse que a vítima estava machucada com alguns arranhões no braço, com a boca inchada e com a testa inchada e que o acusado também estava machucado com marcas de mordidas no peito.** Disse que verificou que o acusado estava bêbado. Disse que quando estava desembarcando o acusado da viatura, o acusado a todo momento falava que a vítima iria ver, que cadeia não era para sempre.”

Depreende-se do depoimento da testemunha, portanto, evidências de que XXXXXXXXXX teria também agredido XXXXX e que não houve, de fato, ameaça, haja vista que o acusado estava bêbado e foi em uma viatura diferente da vítima. Somente no momento do desembarque é que o acusado teria dito que a vítima “iria ver”, não

demonstrando assim perigo real contra a vítima.

Assim, diante das inconsistências intrínsecas da versão apresentada pela vítima em juízo e extrínsecas em relação à sua versão em sede policial, bem como

quanto ao depoimento do policial ouvido como testemunha, há que se reconhecer que não houve a efetiva comprovação da hipótese acusatória.

No tocante às agressões, não há provas concretas do tipo de lesão supostamente sofrida, bem como a sua extensão, o que impede o Estado de imputar ao réu qualquer pena em relação ao suposto fato, por ausência de provas. Ainda, no tocante à suposta ameaça, no mesmo sentido, não fora comprovado qualquer alegação de mal injusto e grave que pudesse caracterizar o tipo penal em questão.

Portanto, a rigor, a única solução técnica possível é reconhecer a impossibilidade de reconstrução histórica dos fatos e, por conseguinte, de verificação objetiva da hipótese acusatória. Nessa situação, em razão do princípio da presunção de inocência como regra de julgamento, impõe-se a absolvição do acusado.

Esse é o entendimento do egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios em seus julgados. Nesse sentido:

DIREITO PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. LESÕES CORPORAIS EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. RECURSO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. PALAVRA DA VÍTIMA ISOLADA NO CONTEXTO PROBATÓRIO. AUSÊNCIA DE OUTRAS PROVAS. OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA DÚVIDA EM FAVOR DO RÉU. ABSOLVIÇÃO. SENTENÇA MANTIDA

1. Ainda que a palavra da vítima ostente credibilidade especial nas infrações praticadas no âmbito familiar e doméstico, além de firme e segura, para ensejar a condenação, ela deve encontrar alicerce em outras provas dos autos, o que não se verifica na espécie. Descabe decreto condenatório quando a palavra da vítima se encontra isolada no contexto probatório.

2. Recurso conhecido e desprovido.

(Acórdão n.1187212, 20180610012496APR, Relator: DEMETRIUS GOMES

CAVALCANTI 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 18/07/2019, publicado no DJE: 22/07/2019. Pág.: 179/192).

Ademais, vale a pena destacar o precedente do Egrégio TJDFT acerca da absolvição do acusado quando não estiver provado quem deu início as agressões. Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA

A MULHER. MATERIALIDADE E AUTORIA NÃO COMPROVADAS. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO MANTIDA.

1. Nos delitos cometidos sob a égide da Lei Maria da Penha, a palavra da vítima é de grande relevância, mas suas declarações devem ser lógicas e coerentes. **Se há dúvida razoável sobre os fatos e se verificam lesões recíprocas, o pleito condenatório se mostra inviável.**

2. Se o quadro probatório revela-se frágil e, portanto, insuficiente para a formação de juízo de certeza, a solução adequada é a absolvição do réu, em face do princípio in dubio pro reo.

3. Apelação conhecida e não provida.

(Acórdão n.1139699, 20160610068094APR, Relator: J.J.

COSTA CARVALHO

1ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 22/11/2018,

Publicado no DJE: 30/11/2018. Pág.: 71/84) (grifo nosso)

Dessa forma, uma vez que a acusação não alcançou *standard* probatório suficiente para a condenação, a absolvição é medida que se impõe, nos termos do art. 386, inciso VII, do CPP.

Na eventualidade de se proferir condenação pela prática de lesão corporal, requer-se a substituição da pena privativa de liberdade pela de multa, com fundamento no art. 129, § 5º, II, do CP, uma vez que restou incontroverso na versão da ofendida que ocorreram agressões recíprocas.

II.2 - Da desclassificação

Entretanto, caso não se entenda pela absolvição ante a insuficiência probatória ou a ocorrência de legítima defesa, pugna-se pela desclassificação da imputação para a contravenção penal de vias de fato, pois não há a prova técnica dos vestígios de eventual lesão corporal.

III. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se:

a) no mérito, a absolvição do acusado, nos termos do art. 386, inciso VII, do CPP; subsidiariamente, a desclassificação da imputação de lesão corporal para a contravenção penal de vias de fato; ainda, caso se entenda pela ocorrência da lesão

corporal, a substituição da pena privativa por multa, na forma do art. 129, § 5º, II, do CP, ante as agressões recíprocas;

b) por fim, que seja afastada e/ou reduzida a indenização a título de danos morais por ausência de pedido ou de sua ratificação pela vítima.

Nesses termos, pede deferimento.

Fulana de tal

Defensora Pública do XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX